

Energética São Patrício S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2019 e 2018**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	9
Demonstrações do resultado abrangente	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	13



KPMG Auditores Independentes

Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários

30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil

Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil

Telefone +55 (31) 2128-5700

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas e aos Administradores da

Energética São Patrício S.A

Belo Horizonte – MG

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Energética São Patrício S.A (Companhia) identificadas como controladora e consolidado respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalvas” as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Energética São Patrício S.A em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil .

Base para opinião com ressalvas

1. Conforme mencionado na nota explicativa nº 10 às demonstrações financeiras, os contratos de financiamento da controlada, Riacho Preto Energética S.A, contêm cláusulas contratuais (“*covenants*”) a serem cumpridas em seu contrato vigente com a Caixa Econômica Federal mediante a manutenção de determinados índices financeiros como condição para manutenção das datas originais de vencimento destas obrigações, os quais não foram cumpridos com base nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019. O não cumprimento dessas cláusulas, levou ao evento de *cross default* e conseqüentemente não cumprimento de cláusula de *covenants* nos contratos de Debêntures onde a Companhia é responsável por ocorrências de evento de vencimento antecipado de quaisquer dívidas financeiras de suas controladas. A Companhia e a referida controlada não obtiveram *waiver* das instituições financeira dentro do exercício social, condição que permite aos credores declararem o vencimento antecipado das obrigações registradas no balanço patrimonial, no passivo circulante, individual e consolidado, nos montantes

de R\$ 94.457 e R\$116.101, respectivamente, dos quais, o montante de R\$ 84.000 mil está classificado no passivo não circulante, individual e consolidado. Ainda conforme nota 10 a Companhia obteve o waiver em 15 de junho de 2020 e os debenturista não exercerão seu direito de antecipação dos valores das referidas debêntures. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando que a Companhia e sua controlada não detinham o direito incondicional de postergar a liquidação da obrigação em pelo menos doze meses após essa data, a obrigação deveria ter sido integralmente classificada naquela data para o passivo circulante. Conseqüentemente, em 31 de dezembro de 2019, o passivo circulante, individual e consolidado, estão apresentados a menor em R\$ 84.000 mil e o passivo não circulante, individual e consolidado, a maior nesses mesmos montantes.

2. O relatório de auditoria relativo às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 conteve ressalva em função de a controlada HB Esco Gestão de Energia Ltda ter reconhecido, durante aquele exercício, receita no montante de R\$ 7.618 mil cuja obrigação de performance, de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente, só foi cumprida no exercício 2019, como resultado de determinadas condicionantes contratuais. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício corrente também inclui modificação em decorrência dos efeitos desses assuntos sobre a comparabilidade dos valores do exercício corrente e valores correspondentes. Adicionalmente, em função disso, em 31 de dezembro de 2019, nas demonstrações financeiras consolidadas, o saldo de receita operacional líquida está reduzido em R\$ 7.618 mil, líquido dos efeitos tributários e, nas demonstrações financeiras individuais, a rubrica de investimento e o resultado de equivalência patrimonial está reduzido nesse mesmo montante.
3. O relatório de auditoria relativo às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 conteve ressalva em função de a Companhia ter mantido transações significativas com partes relacionadas que foram realizadas em condições definidas entre as partes e que estavam sujeitas a questionamentos de natureza fiscal, cujos montantes não foram devidamente apurados e adequadamente divulgados pela Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício corrente também inclui modificação em decorrência dos efeitos desses assuntos sobre a comparabilidade dos valores do exercício corrente e valores correspondentes.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Outros assuntos - Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 17 de maio de 2019, contendo modificações em função de: 1) Distribuição de dividendos de uma controlada Lagoa Grande Energética S.A. sem a anuência do credor de um financiamento 2) risco de questionamento das autoridades fiscais das transações entre partes relacionadas e cujos os valores não foram devidamente apurados e adequadamente divulgados pela Administração 3) reconhecimento incorreto de receitas de crédito de energia na controlada HB ESCO Gestão de Energia Ltda. e 4) reapresentação inadequada das demonstrações financeiras em função do assunto descrito no item 3).

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Em decorrência dos assuntos descritos na seção “Base para opinião com ressalvas”, concluimos que as outras informações também apresentam distorção relevante pela mesma razão com relação aos valores e outros aspectos descritos na referida seção.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

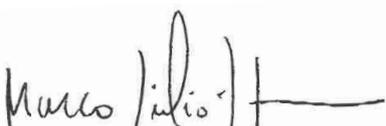
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 19 de junho de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-MG



Marco Túlio Fernandes Ferreira
Contador CRC MG-058176/O-0

Energética São Patrício S.A.

Balços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.728	354	8.882	4.123
Aplicações financeiras	5	-	-	1.000	-
Contas a receber	6	-	-	7.453	16.511
Partes relacionadas (Mútuos)	7	1.840	-	-	-
Impostos a recuperar		4	-	588	356
Outros créditos		-	-	459	414
Total do ativo circulante		6.572	354	18.382	21.404
Ativo não circulante					
Aplicações financeiras	5	-	-	7.150	6.970
Partes relacionadas	7	1.008	1.008	22.668	22.210
Outros créditos		906	906	906	906
Depósitos Judiciais		-	-	926	798
Investimentos	8	247.009	238.479	34.964	35.294
Imobilizado	9	-	-	251.011	259.322
Intangível	8.1	-	-	3.020	3.193
Total do ativo não circulante		248.923	240.393	320.645	328.693
Total do ativo		255.495	240.747	339.027	350.097

Energética São Patrício S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

Notas	Controladora		Consolidado		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	10	10.457	-	43.053	29.821
Fornecedores		-	-	279	356
Obrigações tributárias		17	-	-	2.716
Contas a pagar		-	-	1.549	-
Adiantamento de clientes	11	-	-	6.849	3.634
Partes relacionadas (Mútuo)	7	1.733	96.347	1.163	95.718
Dividendos a pagar		17.274	7.833	17.274	7.833
Total do passivo circulante		29.481	104.180	70.167	140.078
Passivo não circulante					
Empréstimos, financiamentos e Debêntures	10	84.000	-	98.658	45.747
Obrigações tributárias		-	-	1.746	1.990
Partes relacionadas (Mútuo)	7	-	-	8.933	9.768
Total do passivo não circulante		84.000	-	109.337	57.505
Patrimônio líquido					
Capital social	13.a	84.356	84.356	84.356	84.356
Reserva de lucros	13.b	57.658	52.211	57.658	52.211
		142.014	136.567	142.014	136.567
Participação de não controladores				17.509	15.947
		142.014	136.567	159.523	152.514
Total do passivo e do patrimônio líquido		255.495	240.747	339.027	350.097

Energética São Patrício S.A.

Demonstrações do resultado

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

Notas	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receita líquida	14	-	73.158	54.709
Custos operacionais	15	-	(14.960)	(10.092)
Lucro Bruto		-	58.198	44.617
Despesas administrativas e outras		(1.024)	(2.341)	(848)
Despesas comerciais		(25)	(25)	-
Despesas tributárias		-	(267)	(2.175)
Resultado de equivalência patrimonial	8.2	50.168	6.246	1.111
		49.119	3.613	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		49.119	61.811	42.705
Receita financeira		185	619	384
Despesa financeira		(9.500)	(15.546)	(5.745)
Resultado financeiro líquido	17	(9.315)	(14.927)	(5.361)
Resultado antes do IRPJ e da CSLL		39.804	46.884	37.344
Imposto de renda e contribuição social	18	(50)	(4.287)	(3.119)
Lucro líquido do exercício		39.754	42.597	34.225
atribuído ao controlador		-	39.754	31.495
atribuído aos não controladores		-	2.843	2.730

Energética São Patrício S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Resultado líquido do exercício	39.754	31.495	42.597	34.225
Outros resultados abrangentes		-	-	-
Total dos resultados abrangentes	39.754	31.495	42.597	34.225
atribuído ao controlador	-	-	39.754	31.495
atribuído aos não controladores	-	-	2.843	2.730

Energética São Patrício S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

		Reserva de Lucros						
	Notas	Capital social	Reserva Legal	Retenção de Lucros	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total do patrimônio líquido	Participação de não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017		49.299	2.168	26.028	2.906	80.401	13.732	94.133
Distribuição de lucros		-	-	-	-	-	(609)	(609)
Aumento de Capital		35.057	-	-	(2.906)	32.151	-	32.151
Lucro líquido do exercício	-	-	-	31.495	-	31.495	2.730	34.225
Constituição de reserva legal		-	1.575	(1.575)	-	-	-	-
Crédito de dividendos a pagar		-	-	(7.480)	-	(7.480)	-	(7.480)
ovimentação dos não controladores	-	-	-	-	-	-	94	94
Saldos em 31 de dezembro de 2018		84.356	3.743	48.468	-	136.567	15.946	152.513
Distribuição de lucros		-	-	(24.865)	-	(24.865)	(1.280)	(26.145)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	39.754	-	39.754	2.843	42.597
Constituição de reserva legal	13.b	-	1.988	(1.988)	-	-	-	-
Crédito de dividendos a pagar	13.c	-	-	(9.442)	-	(9.442)	-	(9.442)
ovimentação dos não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		84.356	5.731	51.927	-	142.014	17.509	159.523

Energética São Patrício S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Fluxo de caixa das atividade operacionais				
Lucro líquido do exercício	39.754	31.495	42.597	34.225
Ajuste para:				
Depreciações e amortização	211	211	8.513	5.791
Equivalência patrimonial	(50.168)	(31.722)	(6.246)	(1.111)
Juros sobre empréstimos	257	-	14.785	5.633
	(9.946)	(16)	59.649	44.538
Variação em ativos				
Contas a receber	-	-	9.058	(10.757)
Impostos a recuperar	-	-	(232)	-
Outros créditos	(4)	-	(45)	202
Depósito Judicial	-	-	(128)	(117)
Partes relacionadas	(1.840)	-	(458)	-
Variação em passivos				
Fornecedores	-	-	(77)	(186)
Obrigações tributárias e trabalhistas	17	-	(2.716)	3.183
Contas a pagar	-	-	1.549	(324)
Adiantamento de clientes	-	-	3.215	(1.490)
Partes relacionadas	386	(729)	445	(8.522)
Dividendos a Pagar	9.442	-	9.442	-
Caixa líquido(gerado) utilizado atividade operacionais	8.001	(729)	20.053	(18.011)
Juros pagos	(9.243)	-	(13.680)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	(35)	-	(3.749)	-
Caixa líquido(gerado) utilizado atividade operacionais	(11.223)	(745)	62.273	26.527
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aplicações financeiras	-	-	(1.180)	(190)
Outros créditos	(906)	-	(906)	-
Dividendos recebidos das investidas	41.051	3.341	6.500	-
Diminuição / (Acréscimo) de investimentos	(8.582)	(883)	1.236	7.250
Ingresso de caixa das investimentos integralizados	-	-	-	120
Caixa líquido (aplicado) / proveniente nas atividades de investimento	31.563	2.458	5.650	7.180
Atividades de financiamento				
Captação de financiamento e debêntures	100.000	-	100.000	-
Amortização de financiamentos e debêntures	(5.543)	-	(33.857)	(23.043)
Não controlador	-	-	-	94
Pagamentos de dividendos	(15.423)	(1.380)	(34.307)	(5.365)
Devolução de aporte	(95.000)	-	(95.000)	(2.906)
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento	(15.966)	(1.380)	(63.164)	(31.220)
(Aumento) no caixa e equivalentes de caixa	4.374	333	4.759	2.487
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	354	21	4.123	1.636
No final do exercício	4.728	354	8.882	4.123
Aumento / (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	4.374	333	4.759	2.487

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto de outra forma)

1 Contexto operacional

A Energética São Patrício S.A. (“Companhia”) foi constituída em 03 de novembro de 2003, com sede na Cidade de Belo Horizonte – MG, na Avenida Raja Gabáglia, nº 339, sala: 24, Bairro Cidade Jardim, tendo como atividade preponderante a participação, como acionista ou quotista, em outras sociedades. Na data de encerramento das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas possuía participação nas seguintes empresas:

Descrição	Atividade	Participação	% Participação	
			2019	2018
Controladas:				
Riacho Preto Energética S/A	Produção de energia (PCH)	direta	84,59	84,59
Lagoa Grande Energética S/A	Produção de energia (PCH)	direta	84,59	84,59
Alto Brejaúba Energia S/A	Produção de energia (CGH)	direta	100	100
Antônio Dias Energia S/A	Produção de energia (CGH)	direta	100	100
Brejaúba Energia S/A	Produção de energia (CGH)	direta	100	100
Cachoeirinha Energia S/A	Produção de energia (CGH)	direta	100	100
CG Energia S/A	Produção de energia (CGH)	direta	100	100
Espraido Energia S/A	Produção de energia (CGH)	direta	100	100
Farias Energia S/A	Produção de energia (CGH)	direta	100	100
HB ESCO Gestão em Energia Ltda	Prestação de Serviço de Gestão	direta	99,998	99,998
Limoeiro Energia S/A	Produção de energia (CGH)	direta	100	100
Pardo Energia S/A	Produção de energia (CGH)	direta	100	100
Pitangas Energia S/A	Produção de energia (CGH)	direta	100	100
Palmeiras Energia S/A	Produção de energia (CGH)	direta	100	100
São Cristovão Energia S/A	Produção de energia (CGH)	direta	100	100
Simonésia Energia S/A	Produção de energia (CGH)	direta	100	100
Vermelho Velho Energia S/A	Produção de energia (CGH)	direta	100	100
Coligada:				
Vila Real Energia S/A	Produção de energia (CGH/PCH)	direta	32,50	32,50

- **Riacho Preto Energética S.A:** A Companhia tem como atividades a geração e comercialização de energia elétrica, operando sob exploração do potencial hidrelétrico do Rio Palmeiras (Estado do Tocantins) através de regime de autorização concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL através da Resolução Autorizativa nº 38, complementada pela Resolução Autorizativa nº 175 datadas de fevereiro de 2004 e com vencimento original em fevereiro de 2034.

A usina teve sua construção finalizada em outubro de 2008 contando com uma potência instalada de 9,3 MW, com energia contratada assegurada de 42.085 MWh/ano qual encontra-se integralmente vendida através do programa PROINFA para a Eletrobrás em contrato firmado até 2028.

- **Lagoa Grande Energética S.A:** A Companhia tem como atividades a geração e comercialização de energia elétrica, operando sob exploração do potencial hidrelétrico do rio Palmeiras através de regime de autorização concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL através da Resolução Autorizativa nº 37, complementada pela Resolução Autorizativa nº 176 datadas de fevereiro de 2004 e com vencimento original em fevereiro de 2034.

A usina teve sua construção finalizada em outubro de 2008 contando com uma potência instalada de 25,6 MW, com energia contratada assegurada de 112.660 MWh/ano qual encontra-se integralmente vendida através do programa PROINFA para a Eletrobrás em contrato firmado até 2028.

Ao final do prazo da referida autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica de ambas Companhias passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a Companhia restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas.

- **Alto Brejaúba Energia S/A:** Teve operação iniciada em 01 de abril de 2012 através da implantação da CGH (Central Geradora Hidrelétrica) Alto Brejaúba, no rio Ribeirão Brejaúba na cidade de Gonzaga-MG. Tem potência instalada de 1 MW e LAS (Licença Ambiental Simplificada) válida até 03 de setembro de 2028;
- **Antônio Dias Energia S/A:** Teve operação iniciada em 01 de novembro de 2012 através da implantação da CGH Antônio Dias no rio Ribeirão da Bomba na cidade de Antônio Dias-MG. Tem potência instalada de 1 MW e LAS (Licença Ambiental Simplificada) com validade até 09 de janeiro de 2029;
- **Brejaúba Energia S/A:** Teve operação iniciada em 01 de julho de 2012 através da implantação da CGH Brejaúba no rio Ribeirão Brejaúba na cidade de Santa Efigênia de Minas. Tem potência instalada de 1 MW e LAS (Licença Ambiental Simplificada) válida até 11 de setembro de 2028;
- **Cachoeirinha Energia S/A:** Teve operação iniciada em 01 de maio de 2013 através da implantação da CGH Cachoeirinha, no rio Cachoeirinha, na cidade de Bueno Brandão -MG. Tem potência instalada de 1,25 MW e licença de operação com validade até 12 de fevereiro de 2030;
- **CG Energia S/A:** Teve operação iniciada em 01 de outubro de 2012 através da implantação da CGH Corrente Grande no rio Corrente Grande na cidade de Guanhões-MG. Tem potência instalada de 1 MW e LAS (Licença Ambiental Simplificada) válida até 23 de outubro de 2028;
- **Espraiado Energia S/A:** Teve operação iniciada em 01 de janeiro de 2012 através da implantação da CGH Espraiado no rio Espraiado na cidade de Tocos do Moji-MG. Tem potência instalada de 1 MW e licença para operação válida até 30 de janeiro de 2028;
- **Farias Energia S/A:** Teve operação iniciada em 01 de novembro de 2012 através da implantação da CGH Farias no rio Ribeirão Farias na cidade de Guanhões-MG. Tem potência instalada de 1 MW e LAS (Licença Ambiental Simplificada) com validade até 29 de outubro de 2028;
- **HB ESCO Gestão em Energia Ltda:** Investida no segmento de prestação de serviços de gestão em energia;
- **Limoeiro Energia S/A:** Teve operação iniciada em 01 de maio de 2013 através da implantação da CGH Limoeiro no rio Cachoeirinha na cidade de Bueno Brandão-MG. Tem potência instalada de 1,25 MW e licença de operação com validade até 22 de setembro de 2029;

- **Pardo Energia S/A:** Teve operação iniciada em 01 de Janeiro de 2014 através da implantação da CGH Pardo, no rio Pardo na cidade de Caldas-MG. Tem potência instalada de 1 MW e licença de operação com validade até 29 de outubro de 2029;
- **Pitangas Energia S/A:** Teve operação iniciada em 01 de janeiro de 2012 através da implantação da CGH Pitangas no rio Ribeirão Pitangas, na cidade de Braúnas-MG. Tem potência instalada de 1 MW e LAS (Licença Ambiental Simplificada) válida até 29 de novembro de 2028;
- **Palmeiras Energia S/A:** Teve operação iniciada em 01 de setembro de 2013 através da implantação da CGH Palmeiras, no rio José Pedro na cidade de Durandé-MG. Tem potência instalada de 3 MW e licença de operação com validade até 12 de março de 2020, com pedido de renovação protocolado tempestivamente;
- **São Cristovão Energia S/A:** Teve operação iniciada em 01 de julho de 2016 através da implantação da CGH Vista Verde, no ribeirão na cidade de Gonzaga-MG. Tem potência instalada de 1 MW e licença de operação com validade até 21 de agosto de 2027;
- **Simonésia Energia S/A:** Teve operação iniciada em 01 de abril de 2014 através da implantação da CGH Simonésia no rio José Pedro na cidade de Simonésia-MG. Tem potência instalada de 3 MW e licença de operação com validade até 07 de abril de 2020, com pedido de renovação protocolado tempestivamente;
- **Vermelho Velho Energia S/A:** Teve operação iniciada em 19 de novembro de 2014 através da implantação da CGH Vermelho Velho no rio Vermelho na cidade de Raul Soares - MG. Tem potência instalada de 2,5 MW e licença de operação com validade até 24 de setembro de 2020;
- **Vila Real Energia S.A. –** Constituída em 22 de abril de 2014 e encontra-se em operação através de sua subsidiária integral Maynard Energética LTDA, que possui 04 CGHs e 02 PCHs.

Atividade operacional

As demonstrações contábeis da Energética São Patrício S.A e suas subsidiárias foram elaboradas no pressuposto de continuidade. No entanto, em 31 de dezembro de 2019 a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo de R\$ 22.909 e R\$51.785 (respectivamente controladora e consolidado), ocasionado pelas operações de empréstimos que são necessárias para cada novo projeto realizado pela Companhia.

Na avaliação do pressuposto da continuidade a Administração demonstrou um histórico de geração de caixa operacional suficiente para honrar suas obrigações apresentadas no passivo circulante, além de lucros históricos e obtenção de novos projetos mesmo levando em consideração os possíveis impactos do COVID-19, onde tal efeito foi refletido apenas na linha de geração de energia para os varejistas.

Conforme descrito acima, a administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para geração de fluxo de caixa para anos seguintes afim de continuar operando no futuro previsível e, com base no seu julgamento, concluiu que não há incerteza material em relação a continuidade operacional.

Pelos motivos expostos a Administração não tem nenhuma dúvida significativa sobre a continuidade operacional da Companhia.

2 Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

a. Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e referendadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e complementados por normas específicas aprovadas para o setor energético pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Companhia em 31 de março de 2019.

b. Moeda Funcional

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas em conformidade com os princípios de consolidação emanados da legislação societária brasileira e o CPC 36 (R3) e compreendem as informações da Companhia e de suas controladas mencionadas na Nota explicativa nº 1.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora, e as políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

(i) Controladas

Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) Participação de acionistas não-controladores

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição

Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(iii) Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iv) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

As coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite ao Grupo controle compartilhado da entidade e dá ao Grupo direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

(v) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

d. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras assim como as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2019, que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 3.c e 9** - Depreciação e amortização - a Companhia utiliza-se da vida útil estimada pelo órgão regulador, porém revisa anualmente essas estimativas e avalia se refletem de fato a real vida útil dos seus ativos.;
- **Nota explicativa nº 3.d** - Recuperabilidade dos ativos - teste de redução ao valor recuperável de ativos: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- **Notas explicativas 16 e 17** - Provisões - mensuração da provisão: principais premissas utilizadas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e

3 Políticas contábeis

Principais práticas contábeis

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia para a gestão das obrigações de curto prazo..

b. Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicáveis, considerando a análise da conjuntura econômica e o histórico de perdas registradas em exercícios anteriores por faixa de vencimento, em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobertura de prováveis perdas na realização.

As contas a receber são também ajustadas de prováveis descontos compulsórios definidos pelo regulador, onde são considerados os critérios definidos por este regulador e a probabilidade de ocorrência do mesmo.

Pelo fato das contas a receber serem liquidadas normalmente em um prazo médio inferior a 45 dias, os valores contábeis representam substancialmente os valores justos nas datas dos balanços.

c. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados durante o período de construção, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização, quando aplicável.

(ii) *Custos subsequentes*

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

(iii) *Depreciação*

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação para os ativos de usinas hidrelétricas estão de acordo com a Resolução Normativa nº 474/12, emitida pela ANEEL, onde novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço foram estabelecidas, a partir de 1º de Janeiro de 2012, alterando as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367/09. As taxas de depreciação refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

(iv) *baixa*

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômico-futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

d. *Redução ao valor recuperável (Impairment)*

(i) *Instrumentos financeiros*

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: - ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; - investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e

O Grupo avalia os saldos em aberto do contas a receber tendo em vista a expectativa do recebimento futuro, com base no histórico recente de recebimento dos saldos parcelados, e efetua uma provisão para refletir a perda esperada para créditos de liquidação duvidosa no exercício

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

(ii) *Ativos não financeiros*

A Companhia analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução ao valor recuperável dos ativos). Caso estas evidências estejam presentes, estimam o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: **(a)** seu valor justo menos custos que seriam incorridos para realizá-lo e **(b)** seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, reconhece-se a redução (provisão) do saldo contábil deste ativo (impairment).

e. Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para o imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o que exceder R\$60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

O imposto de renda e a contribuição social correntes ativos e passivos são apresentados pelo seu montante líquido, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 32.

As despesas com Imposto de renda e contribuição social correntes são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido ou em Outros resultados abrangentes.

f. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, além de outros créditos realizáveis por caixa.

A Administração reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é VJR (Valor justo por meio do resultado), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Passivos financeiros

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(ii) *Classificação e mensuração subsequente (continuação)*

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais a VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

(iii) *Desreconhecimento*

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os

riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los.

(v) *Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge*

O Grupo não tem nenhum instrumento financeiro derivativo registrado.

g. Método da taxa efetiva de juros

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

(i) *Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)*

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

(ii) *Receita de contratos com clientes*

A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia e suas controladas é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia gerada, preço e metodologia de cálculo especificadas nos termos contratuais firmados. O faturamento é feito em bases mensais.

A Companhia adotou inicialmente o CPC 47/IFRS 15 a partir de 1º de janeiro de 2018. As informações sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas à contratos com clientes são fornecidas abaixo. A adoção não resultou em efeito da aplicação inicial do CPC 47/IFRS 15.

Os princípios fundamentais da IFRS 15/CPC 47 são de que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência ou promessa de bens ou serviços a clientes no montante que reflete sua consideração de qual valor espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços.

Especificamente, a norma introduz um modelo de 5 passos para o reconhecimento da receita:

- Identificar o(s) contrato(s) com o cliente.
- Identificar as obrigações de desempenho definidas no contrato.
- Determinar o preço da transação.
- Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato.
- Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de desempenho.

Com a IFRS 15/CPC 47, a entidade reconhece a receita quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é transferido ao cliente.

De acordo com a IFRS 15/CPC 47, a Companhia só pode contabilizar os efeitos de um contrato com um cliente quando for provável que receberá a contraprestação à qual terá direito. Ao avaliar se a possibilidade de recebimento do valor da contraprestação é provável, deve-se considerar apenas a capacidade e a intenção do cliente de pagar esse valor

(iii) *Receitas e despesas financeiras*

As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios em contas de energia elétrica e juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem encargos de dívidas, variação cambial e variação monetária sobre empréstimos e financiamentos. Os custos dos empréstimos, não capitalizados, são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

h. Alterações nas práticas contábeis emitidas pelos órgãos reguladores e novas normas contábeis

(i) CPC 06 (R2)/IFRS 16

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 06 (R2)/IFRS 16 a partir de 1º de janeiro de 2019 como arrendatária.

O CPC 06 (R2)/IFRS 16 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários e arrendadores. O arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

O CPC 06 (R2)/IFRS 16 substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (R1)/IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

(ii) Outras normas

As seguintes normas e interpretações são efetivas a partir de 1º de janeiro de 2019, mas não tiveram um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

- (i) IFRIC 23/ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro.
- (ii) Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18(R2) / IAS 28).
- (iii) Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas.
- (iv) Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- (v) IFRS 17 Contratos de Seguros.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Conforme demonstrado a seguir, compreendem os saldos de depósitos bancários em contas correntes e aplicações financeiras:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Depósitos bancários	4.728	354	8.882	1.496
Aplicações financeiras	-	-	-	2.627
Total	4.728	354	8.882	4.123

Compreendem depósitos bancários à vista e aplicações financeiras automáticas em renda fixa em CDBs de grandes bancos com remuneração vinculada ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), ou fundos investidos majoritariamente em títulos do governo (“Tesouro SELIC”).

5 Aplicações financeiras

Referem-se a aplicações em fundos FIC e Certificado de Depósitos Bancários e possuem vencimento e rentabilidade conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
BTG Pactual	-	-	1.000	-
Caixa Especial RF LP (a)	-	-	3.607	3.456
Caixa FIC Personal RF LP	-	-	641	613
Itaú S/A (b)	-	-	2.902	2.901
Total	-	-	8.150	6.970
Circulante	-	-	1.000	-
Não Circulante	-	-	7.150	6.970

- (a) Aplicação das controlas Lagoa Grande e Riacho Preto vinculada a garantia com o Contrato de Financiamento mencionado na Nota Explicativa nº 10, captado junto à Caixa Econômica Federal, o qual delibera a manutenção de saldo aplicado proporcional ao valor de 01 (uma) parcela referido instrumento. O vencimento final do contrato e consequentemente do resgate da aplicação é em março de 2021;
- (b) Aplicação financeira compromissadas em CDB e ou fundo de investimentos vinculada a garantia com o Contrato de Financiamento mencionado na Nota Explicativa nº 10, captado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) por intermédio do Banco Itaú BBA. A remuneração está vinculada a variação mensal de 100,3% do CDI.

6 Contas a receber

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasil (a)	-	-	4.196	5.951
CCEE* – Liquidação financeira (b)	-	-	1.201	1.311
Clientes Nacionais (c)	-	-	3.257	1.380
Medições a faturar (d)	-	-	-	9.180
(-) Provisão para créditos de liquidação	-	-	(1.201)	(1.311)
Total	-	-	7.453	16.511

- (*) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica
- (a) Refere-se a saldo a receber de energia vendida à Eletrobrás competente ao Contrato de Venda nº CT – PROINFA/ PCH - 002/2004 e PCH005/2004 firmado entre as partes. Pelo curto prazo do giro de recebimento (45 dias), a Administração entende que não há efeitos significativos do ajuste a valor presente domontante;
- (b) Refere-se a saldo a receber junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica-CCEE em virtude de excedente de geração disponibilizada na rede pelas CGHs que operam no mercado livre. Em virtude do referido saldo apresentar inadimplência a mais de 180 dias, em função de a liquidação financeira estar bastante limitada devido a liminares concedidas no contexto de judicialização do setor, optou-se por registrar provisão para créditos de liquidação duvidosa de todo montante.
- (c) Contas a receber proveniente de arrendamento das CGH-¥s.
- (d) Refere-se a contas a receber decorrente de saldo de créditos de energia já gerada/injetada no âmbito da Geração Distribuída, já de titularidade dos clientes e que constam nas respectivas faturas de energia emitidas pelas concessionárias distribuidoras, a ser faturada nos meses subsequentes.

7 Saldos e transações com partes relacionadas

a. Partes relacionadas

Os saldos a pagar representam principalmente operações de empréstimos em forma de mútuo, e operações comerciais de prestação de serviços reconhecidas ao custo inicial.

Os saldos estão assim apresentados:

Ativo	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Hy Brazil Energia S/A	1.008	1.008	22.668	22.210
Antonio Dias Energia S/A	184	-	-	-
Farias Energia S/A	223	-	-	-
Limoeiro Energia S/A	3	-	-	-
Palmeiras Energia S/A	539	-	-	-
Pardo Energia S/A	46	-	-	-
Pitangas Energia S/A	60	-	-	-
São Cristovão Energia S/A	440	-	-	-
Vermelho Velho Energia S/A	345	-	-	-
Total	2.848	1.008	22.668	22.210
Circulante	1.840	-	-	-
Não Circulante	1.008	-	22.668	6.970

Descrição – Passivo	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Consórcio Rio Palmeiras (a)	-	-	6.718	6.717
Toctao Engenharia Ltda (b)	-	-	859	1.361
GMS Engenharia Ltda (b)	-	-	1.356	1.690
Hy Brazil Energia S/A (c)	615	95.614	1.163	95.718
HB Esco Gestão em Energia	450	733	-	-
Cachoeirinha Energia S/A	375	-	-	-
Simonesia Energia S/A	293	-	-	-
Total	1.733	96.347	10.096	105.486
Circulante	1.733	96.347	1.163	95.718
Não Circulante	-	-	8.933	9.768

- (a) O saldo com a parte relacionada Consórcio Rio Palmeiras – CRP, é originado pelo pagamento de despesas da Companhia pela mutuante. As partes definiram entre si a não atualização monetária dos saldos, além do fato de não ter sido definido formalmente prazo para liquidação do débito.
- (b) Os saldos com as partes relacionadas Toctao e GMS Engenharia Ltda. são originados pela prestação de serviços referente a construção da usina ocorridos em 2008 e reconhecidos, para ajuste e adequação do patrimônio, em contrapartida ao ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2013.
- (c) Dívida originária do valor a ser devolvido de redução de capital mencionado na nota explicativa nº 13 a.

b. Remuneração dos administradores

Até 31 de dezembro de 2018, a Companhia não pagou remuneração direta aos seus administradores, cabendo aos mesmos apenas a parcela da distribuição de lucros recebida pelos acionistas pessoa jurídica nos quais os mesmos fazem parte.

8 Investimentos

a. Composição dos investimentos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ágio – Riacho Preto e Lagoa Grande (a)	2.982	3.193	-	-
Adiantamento p/ Futuro Aumento Capital	508	884	-	15
Investimentos em controladas e coligadas b.	243.519	234.402	34.964	35.279
Total	247.009	238.479	34.964	35.294

(a) Os respectivos ágios foram constituídos mediante aquisição por parte da controladora de participação de acionistas não controladores em virtude de expectativa de rentabilidade futura. Tendo em vista a vida útil definida desta rentabilidade, a qual compreende o período de concessão/autorização para operar na produção e comercialização de energia, os mesmos são amortizados linearmente dentre a data da entrada em operação das usinas (dezembro de 2008), até a data de término das concessões/autorização públicas (fevereiro de 2034). O valor anual da amortização é de R\$ 211. Para fins de demonstração consolidado, os respectivos ágios são classificados como intangível.

(b) Gastos com estudos de potencial energético de alguns rios no montante R\$906 foi reclassificado como outros créditos

b. Detalhamento dos investimentos em controladas e coligadas na controladora

Em 31 de dezembro de 2019					
Controladas	Participação	Patrimônio Líquido	Resultado objeto de equivalência Investimento		Equivalência Patrimonial
Riacho Preto Energética S.A.	84,59%	27.633	3.491	22.865	2.953
Lagoa Grande Energética S.A.	84,59%	85.952	14.950	72.703	12.646
Alto Brejaúba Energia S/A	100%	6.377	1.199	6.377	1.199
Antônio Dias Energia S/A	100%	6.242	802	6.243	802
Brejaúba Energia S/A	100%	7.373	1.166	7.373	1.166
Cachoeirinha Energia S/A	100%	7.771	3.413	7.771	3.413
CG Energia S/A	100%	6.605	856	6.605	856
Espraiado Energia S/A	100%	8.541	1.059	8.541	1.059
Farias Energia S/A	100%	5.220	393	5.220	393
HB Esco Gestão em Energia Ltda	99,998%	10.961	8.319	10.959	8.319
Limoeiro Energia S/A	100%	7.327	2.922	7.327	2.922
Pardo Energia S/A	100%	8.302	1.043	8.302	1.044
Pitangas Energia S/A	100%	7.601	1.102	7.601	1.102
Palmeiras Energia S/A	100%	8.491	698	8.491	698
São Cristovão Energia S/A	100%	6.724	577	6.724	577
Simonésia Energia S/A	100%	8.231	4.101	8.231	4.101
Vermelho Velho Energia S/A	100%	7.222	733	7.222	733
Coligada					
Vila Real Energia S/A	32,50%	107.584	19.032	34.964	6.185
Total	-	-	-	243.519	50.168

Em 31 de dezembro de 2018

Controladas	Participação	Patrimônio Líquido	Resultado objeto de equivalência		Equivalência Patrimonial
			Investimento		
Riacho Grande Energética S.A.	84,59%	24.144	3.484	19.913	1.919
Lagoa Grande Energética S.A.	84,59%	79.303	14.941	67.078	13.064
Alto Brejaúba Energia S/A	100%	5.938	297	5.938	297
Antônio Dias Energia S/A	100%	6.001	67	6.001	67
Brejaúba Energia S/A	100%	6.777	276	6.777	276
Cachoeirinha Energia S/A	100%	6.958	1.021	6.958	1.021
CG Energia S/A	100%	5.999	244	5.999	244
Espraiado Energia S/A	100%	8.002	199	8.002	199
Farias Energia S/A	100%	5.287	185	5.287	185
HB Esco Gestão em Energia Ltda	99,998%	17.091	11.039	17.090	11.039
Limoeiro Energia S/A	100%	6.925	850	6.925	850
Pardo Energia S/A	100%	7.858	513	7.858	513
Pitangas Energia S/A	100%	7.389	224	7.389	224
Palmeiras Energia S/A	100%	7.993	(52)	7.993	98
São Cristovão Energia S/A	100%	6.147	187	6.147	37
Simonésia Energia S/A	100%	7.280	584	7.279	584
Vermelho Velho Energia S/A	100%	6.489	(7)	6.489	(7)
Coligada					
Vila Real Energia S/A	32,50%	108.552	3.689	35.279	1.111
Total	-	-	-	234.402	31.722

c. Informação das investidas

Em 31 de dezembro de 2019

Descrição	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Custos e despesas	Resultado objeto de equivalência	
						Resultado exercício	
Riacho Preto Energética S.A.	43.232	15.600	27.633	6.677	(2.101)	3.747	3.747
Lagoa Grande Energética S.A.	110.052	24.100	85.952	26.199	(8.423)	14.950	14.950
Pitangas Energia S/A	8.861	1.260	7.601	1.734	(329)	1.102	1.102
Espraiado Energia S/A	9.485	944	8.541	1.734	(364)	1.059	1.059
Limoeiro Energia S/A	8.732	1.404	7.328	3.786	(593)	2.922	2.922
Antônio Dias Energia S/A	7.424	1.181	6.243	1.364	(297)	800	800
Simonésia Energia S/A	11.451	3.221	8.230	5.310	(752)	4.101	4.101
Farias Energia S/A	6.391	1.171	5.220	1.166	(387)	513	513
Cachoeirinha Energia S/A	9.126	1.375	7.751	4.271	(580)	3.410	3.410
CG Energia S/A	7.615	1.010	6.605	1.415	(286)	856	856
São Cristovão Energia S/A	12.684	5.961	6.723	1.590	(544)	424	424
Alto Brejaúba Energia S/A	7.181	803	6.378	1.734	(248)	1.203	1.203
Pardo Energia S/A	10.263	1.961	8.302	1.739	(348)	1.044	1.044
Brejaúba Energia S/A	8.409	1.036	7.373	1.734	(249)	1.166	1.166
Palmeiras Energia S/A	11.447	2.956	8.491	1.456	(403)	672	672
Vermelho Velho Energia S/A	11.881	4.659	7.222	1.734	(428)	733	733
HB Esco Gestão em Energia Ltda	11.302	191	11.111	9.568	(123)	8.319	8.319
Vila Real Energia S/A	<u>153.961</u>	<u>46.377</u>	<u>107.584</u>	<u>22.279</u>	<u>(3.247)</u>	<u>19.032</u>	<u>19.032</u>

Em 31 de dezembro de 2018

Descrição			Patrimônio	Receita	Custos e	Resultado	Resultado
	Ativo	Passivo	líquido	líquida	despesas	exercício	objeto de equivalência
Riacho Grande Energética S.A.	44.245	20.101	24.144	7.127	(2.170)	2.269	2.269
Lagoa Grande Energética S.A.	114.436	35.133	79.303	27.874	(6.690)	15.445	15.445
Pitangas Energia S/A	8.588	1.199	7.389	1.884	(680)	809	224
Espraido Energia S/A	9.748	1.746	8.002	1.884	(584)	905	199
Limoeiro Energia S/A	8.944	2.019	6.925	2.949	(327)	2.209	850
Antônio Dias Energia S/A	7.676	1.675	6.001	1.280	(376)	569	67
Simonésia Energia S/A	11.397	4.117	7.280	3.429	(519)	2.423	584
Farias Energia S/A	6.957	1.670	5.287	1.507	(292)	858	185
Cachoeirinha Energia S/A	8.935	1.977	6.958	3.121	(396)	2.393	1.021
CG Energia S/A	7.726	1.727	5.999	1.884	(292)	1.210	244
São Cristovão Energia S/A	12.863	6.716	6.147	1.720	(484)	488	187
Alto Brejaúba Energia S/A	7.364	1.426	5.938	1.884	(210)	1.327	297
Pardo Energia S/A	10.313	2.455	7.858	2.284	(251)	1.728	513
Brejaúba Energia S/A	8.615	1.838	6.777	1.884	(260)	1.216	276
Palmeiras Energia S/A	11.603	3.610	7.993	1.734	(525)	679	(52)
Vermelho Velho Energia S/A	11.852	5.363	6.489	1.075	(426)	70	(7)
HB Esco Gestão em Energia Ltd	18.816	1.725	17.091	19.158	-	16.880	11.039
Vila Real Energia S/A	<u>144.177</u>	<u>35.625</u>	<u>108.552</u>	<u>13.872</u>	<u>(3.408)</u>	<u>10.464</u>	<u>3.689</u>

d. Movimentação dos investimentos

Em 31 de dezembro de 2019

	Saldo inicial	Dividendos		Integralização		Ajuste Equivalência	
		(c)	capital (a)	(b)	patrimonial Investimento		
Controladas							
Riacho Grande Energética	19.913	-	-	-	2.953	22.866	
Lagoa Grande Energética	67.078	(7.021)	-	-	12.646	72.703	
Alto Brejaúba Energia S/A	5.938	(760)	-	-	1.199	6.377	
Antônio Dias Energia S/A	6.001	(560)	-	-	802	6.243	
Brejaúba Energia S/A	6.777	(570)	-	-	1.166	7.373	
Cachoeirinha Energia S/A	6.958	(2.600)	-	-	3.413	7.771	
CG Energia S/A	5.999	(250)	-	-	856	6.605	
Espraido Energia S/A	8.002	(520)	-	-	1.059	8.541	
Farias Energia S/A	5.287	(460)	-	-	393	5.220	
HB Esco Gestão em Energia Ltda	17.090	(14.450)	-	-	8.319	10.959	
Limoeiro Energia S/A	6.925	(2.520)	-	-	2.922	7.327	
Pardo Energia S/A	7.858	(600)	-	-	1.044	8.302	
Pitangas Energia S/A	7.389	(890)	-	-	1.102	7.601	
Palmeiras Energia S/A	7.993	(200)	-	-	698	8.491	
São Cristovão Energia S/A	6.147	-	-	-	577	6.724	
Simonésia Energia S/A	7.279	(3.150)	-	-	4.101	8.231	
Vermelho Velho Energia	6.489	-	-	-	733	7.222	
Coligada							
Vila Real Energia S/A	<u>35.279</u>	<u>(6.500)</u>	-	-	<u>6.185</u>	<u>34.964</u>	
Total	<u>234.402</u>	<u>(41.051)</u>	-	-	<u>50.168</u>	<u>243.519</u>	

Em 31 de dezembro de 2018

	Saldo inicial	Dividendos (c)	Integralização capital (a)	Ajuste (b)	Equivalência patrimonial	Investimento
Controladas						
Riacho Grande Energética	17.994	-	-	-	1.919	19.913
Lagoa Grande Energética	57.355	(3.341)	-	-	13.064	67.078
Alto Brejaúba Energia S/A	-	-	5.641	-	297	5.938
Antônio Dias Energia S/A	-	-	5.934	-	67	6.001
Brejaúba Energia S/A	-	-	6.501	-	276	6.777
Cachoeirinha Energia S/A	-	-	5.355	582	1.021	6.958
CG Energia S/A	-	-	5.755	-	244	5.999
Espraido Energia S/A	-	-	7.803	-	199	8.002
Farias Energia S/A	-	-	5.102	-	185	5.287
HB Esco Gestão em Energia Ltda	-	-	6.018	33	11.039	17.090
Limoeiro Energia S/A	-	-	6.075	-	850	6.925
Pardo Energia S/A	-	-	7.345	-	513	7.858
Pitangas Energia S/A	-	-	7.165	-	224	7.389
Palmeiras Energia S/A	-	-	7.895	-	98	7.993
São Cristovão Energia S/A	-	-	6.110	-	37	6.147
Simonésia Energia S/A	-	-	6.695	-	584	7.279
Vermelho Velho Energia	-	-	6.496	-	(7)	6.489
Coligada						
Vila Real Energia S/A	-	-	34.168	-	1.111	35.279
Total	-	(3.341)	130.058	615	37.721	234.402

- (a) O valor do ajuste é o complemento desta transferência de investimentos em contra-partida ao recurso a devolver para a Hy Brazil.
- (b) O estatuto da controlada assegura aos acionistas um dividendo obrigatório, calculado com base em 25% do lucro ajustado nos termos do Artigo 202. da Lei nº 6.404/1976. Posteriormente o mesmo foi alterado e o dividendo será creditado/distribuído durante a fase de amortização do financiamento junto a CEF, somente após expressamente autorizada pela instituição financeira. Para o ano de 2018, a instituição não formalizou a autorização do montante a ser distribuído pela companhia. Desta forma, o valor total distribuído em 2018 pela controlada foi de R\$ 3.950 (R\$3.341 para Companhia).

9 Imobilizado

Refere-se ao ativo construído das usinas e redes de transmissão, reconhecidos pelo custo de construção e aquisição e depreciados em conformidade com a vida útil definida pela Resolução nº 674/2015 da ANEEL.

Os detalhes do ativo imobilizado da Companhia estão demonstrados a seguir:

Descrição	% a.a. - Taxa de Depreciação	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Imobilizado em serviço					
Terrenos		-	-	3.594	3.430
Reservatório, barragem e adutoras	2 e 3,33%	-	-	95.590	98.129
Edificações, obras civis e benfeitorias	4%	-	-	53.879	55.213
Máquinas e equipamentos	2,5% a 5,9%	-	-	82.735	86.474
Móveis e utensílios	10%	-	-	22	27

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Imobilizado em curso				
Estoque	-	-	34	19
Terreno	-	-	-	139
Adiantamento a Fornecedores	-	-	7	46
Intangível	-	-	-	25
Sistema de Transmissão				
Estoques	-	-	-	15
Intangíveis	-	-	39	39
Edificações, obras civis e benfeitorias	4%	-	114	120
Máquinas e equipamentos	2,5% a 5,9%	-	14.997	15.646
Total	-	-	251.011	259.322

Apresentação do ativo imobilizado em dezembro de 2019

Descrição	Saldo em 31/12/2018	Integralização capital (a)	Depreciação	Saldo em 31/12/2019
Imobilizado em serviço				
Terrenos	3.430	-	-	3.594
Reservatório, barragem e adutoras	98.129	-	(2.539)	95.590
Edificações, obras civis e benfeitorias	55.212	-	(1.333)	53.879
Máquinas e equipamentos	86.474	-	(3.739)	82.735
Móveis e utensílios	27	-	(5)	22
Imobilizado em curso				
Estoque	19	-	-	34
Terreno	139	-	-	-
Adiantamento a Fornecedores	46	-	-	7
Intangível	25	-	-	-
Sistemas de transmissão				
Estoques	15	-	-	-
Intangíveis	39	-	-	39
Edificações, obras civis e benfeitorias	120	-	(6)	114
Máquinas e equipamentos	15.646	-	(649)	14.997
Total	259.322	-	(8.272)	251.011

Descrição	Saldo em 31/12/2017	Integralização capital (a)	Depreciação	Saldo em 31/12/2018
Imobilizado em serviço				
Terrenos	1.762	1.668	-	3.430
Reservatório, barragem e adutoras	67.509	32.612	(1.992)	98.129
Edificações, obras civis e benfeitorias	22.012	33.977	(777)	55.212
Máquinas e equipamentos	45.855	45.877	(2.315)	89.417
Móveis e utensílios	17	13	(3)	27
Imobilizado em curso				
Estoque	19	-	-	19
Terreno	-	139	-	139
Adiantamento a Fornecedores	-	46	-	46
Intangível	-	25	-	25

Descrição	Saldo em 31/12/2017	Integralização capital (a)	Depreciação	Saldo em 31/12/2018
Sistemas de transmissão				
Estoques	15	-	-	15
Intangíveis	39	-	-	39
Edificações, obras civis e benfeitorias	127	-	(7)	120
Máquinas e equipamentos	12.134	1.056	(486)	12.704
Total	149.489	115.413	(5.580)	259.322

- (a) Valor de imobilizado consolidado pelo investimento integralizado em controladas pela acionista Hy Brazil conforme nota explicativa nº 13a.

10 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Financiamento CEF (a)	-	-	21.644	39.196
Repasse BNDES (Itaú BBA/BDMG) (b)	-	-	25.610	36.372
Debêntures (c)	94.457	-	94.457	-
Total	94.457	-	141.711	75.568
Circulante	10.457	-	43.053	29.821
Não circulante	84.000	-	98.658	45.747

- (a) O financiamento junto à Caixa Econômica Federal (CEF), recursos captados para a realização do projeto de construção das Pequenas Centrais Hidrelétricas PCH – Lagoa Grande e PCH – Riacho Preto, localizadas no Rio Palmeiras no Estado do Tocantins, e da linha de transmissão a ser compartilhada com outras PCH's. A taxa de juros é de 3,74% ao ano, acrescida da TJLP e tem como garantia, hipoteca de terrenos e alienação de ações das investidas.

A dívida será exigida antecipadamente nas hipóteses de extinção, término ou revogação da autorização para exploração da PCH, bem como cumprimento de índices de suficiência de cobertura do serviço da dívida e relação mínima do patrimônio líquido e passivo total.

Em 31 de dezembro de 2019, as cláusulas restritivas da controlada Riacho Preto Energética S.A. não foram integralmente cumpridas, notadamente referente a suficiência de cobertura do serviço da dívida e na controlada Lagoa Grande tiveram dividendos distribuídos, tendo assim, cláusulas restritivas financeiras e não financeiras não atendidas..

- (b) Financiamentos captados pelas controladas junto ao Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) por intermédio do Banco Itaú BBA, utilizado para a construção das usinas. A estrutura das usinas são as garantias das operações. A taxa de juros anual varia de 5,50% a 4,40% + TJLP e os vencimentos finais previstos para os anos de 2021, 2022 a 2025.
- (c) A escritura da emissão de debêntures da Energética São Patrício S/A preveem algumas cláusulas restritivas (*convenants*) de caráter financeiro, cujo descumprimento pode acarretar vencimento antecipado. O Cumprimento dessas cláusulas é acompanhado permanentemente pela Energética São Patrício S/A e em 31 de dezembro de 2019, devido ao evento já mencionado na nota [a] esse contrato levou por cross default o não cumprimento das cláusulas restritivas presente. A Companhia obteve um *waiver* em 15 de junho de 2020, para que não fosse exercido o direito de exigir a liquidação antecipada das debêntures

Vencimento do longo prazo

	Controladora	Consolidado
2020	10.457	42.375
2021	21.000	29.529
2022	29.500	32.820
2023	33.500	35.984
2024	-	990
2025	-	13
Total	<u>94.457</u>	<u>141.711</u>

Movimentação:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial	-	-	75.568	54.355
Captações	100.000	-	100.000	38.623
Amortizações	(5.543)	-	(48.796)	(23.043)
Juros	8.490	-	14.939	5.633
Saldo final	<u>94.457</u>	<u>-</u>	<u>141.711</u>	<u>75.568</u>

11 Adiantamento de clientes

Refere-se ao saldo credor entre o valor recebido a título de faturamento realizado no ano do contrato firmado junto a Eletrobrás e a energia disponibilizada na rede pelas controladas.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Adiantamento de cliente - Eletrobrás	-	-	6.729	3.514
Outros	-	-	120	120
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.849</u>	<u>3.634</u>

12 Provisão para demandas judiciais

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia e suas controladas não possuíam processo com probabilidade de risco de perda avaliada pelos consultores jurídicos como provável ou possível.

a. Recuperação ambiental

A atividade da Companhia, através de suas controladas, é realizada com a utilização de recursos hídricos e modificação de leito de rios e áreas ciliares. Para essas situações, sempre que existentes obrigações futuras decorrentes de eventos já ocorridos. Atualmente a Companhia e suas investidas entende que não são parte, nem possuem nenhum processo ou obrigação futura relacionada à recuperação ou danos ambientais.

13 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social autorizado, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2019 e 2018 era de R\$ 84.356 e representado por 56.132.301 ações ordinárias nominativas com direito a voto e sem valor nominal, assim distribuídas:

Acionista	Ações	R\$
Hy Brazil Energia S.A	<u>56.132.301</u>	<u>84.356</u>
Total	<u>56.132.301</u>	<u>84.356</u>

b. Reserva legal

Constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício observando os limites estabelecidos em lei 6.404/76 e suas alterações. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o cálculo para apuração da reserva legal é demonstrado da seguinte forma:

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do exercício	<u>39.754</u>	<u>31.495</u>
Percentual definido pela legislação	<u>5%</u>	<u>5%</u>
Total	<u>1.988</u>	<u>1.575</u>

c. Destinação de lucros

O estatuto assegura aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório, calculado com base em 25% do lucro ajustado nos termos do Art. 202 da Lei nº 6.404/1976.

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do exercício	<u>39.754</u>	<u>31.495</u>
Percentual – Reserva Legal	<u>5%</u>	<u>5%</u>
Total	<u>1.988</u>	<u>1.575</u>
Base para dividendos mínimos obrigatórios	<u>37.766</u>	<u>29.920</u>
Dividendo mínimo provisionado – 25%	<u>9.442</u>	<u>7.480</u>

Os dividendos mínimos constituídos em 2019 foram de R\$ 9.442.

14 Receita operacional líquida

Receita gerada da venda de energia elétrica:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receita de operação com energia elétrica – ACR (a)	-	-	34.121	36.326
Receita de operação com energia elétrica – ACL (b)	-	-	15.173	3.740
Receita de serviços (gestão – HB ESCO) (c)	-	-	10.718	5.413
Receita com arrendamento de CGH's (d)	-	-	18.053	3.660
Receitas com medições a faturar (e)	-	-	-	8.845
(-) Impostos incidentes (Pis e Cofins)	-	-	(3.706)	(1.964)
(-) Provisão risco na realização de venda energia – mercado livre	-	-	(1.201)	(1.311)
Total	-	-	73.158	54.709

- (a) Receita proveniente da venda de energia contratada para a Eletrobrás. A receita é reconhecida pelo valor fixo definido no contrato reajustado anualmente no mês de maio, calculado com base na energia em MW/H contratada e ajustado no ano posterior ao montante fornecido.
- (b) Receita gerada, exclusivamente pelas controladas proveniente da venda de energia elétrica vendida através de contratos com comercializadoras.
- (c) Receita proveniente da gestão dos contratos prestação de serviços de gestão em energia no ambiente de Geração Distribuída;
- (d) Receita de arrendamento de CGH's.
- (e) Refere-se a contas a receber decorrente de saldo de créditos de energia já gerada/injetada no âmbito da Geração Distribuída, já de titularidade dos clientes e que constam nas respectivas faturas de energia emitidas pelas concessionárias distribuidoras, a ser faturada nos meses subsequentes.

15 Custos operacionais

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Material	-	-	(1.442)	(552)
Serviços de Terceiros	-	-	(2.606)	(2.488)
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(1.339)	(1.005)
Aluguéis	-	-	(39)	(42)
Depreciação	-	-	(8.302)	(5.580)
Seguros	-	-	(160)	(154)
Combustível	-	-	(275)	(77)
Energia, Telefone e Internet	-	-	(413)	(14)
Taxas	-	-	(50)	(10)
Outros	-	-	(334)	(170)
Total	-	-	(14.960)	(10.092)

16 Despesas tributárias

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Parcelamento ICMS – diferencial de alíquota (a)	-	-	(54)	(2.067)
Taxas	-	-	(213)	(108)
Total	-	-	(267)	(2.175)

(a) Este valor refere-se a processos judiciais de ICMS das controladas, os quais foram parcelados em março de 2018

17 Resultado financeiro líquido

Receita Financeira	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Rendimento de aplicação financeira	185	-	583	384
Outras receitas financeiras	-	-	36	-
Total Receita	185	-	619	384
Despesas bancárias	(1.010)	-	(1.145)	(112)
Juros de empréstimos	(8.490)	-	(14.401)	(5.633)
Total Despesa	(9.500)	-	(15.546)	(5.745)
Resultado Financeiro	(9.315)	-	(14.927)	(5.361)

18 Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base no lucro presumido às presunções de 8%, 12% e 32% aplicando-se as alíquotas de 15% e 9%, respectivamente. A seguir, reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

	2019	2018
Venda de Energia Elétrica	53.073	40.916
Arrendamentos	17.790	3.615
Prestação de Serviços ESCO	18.658	13.913
Receita Tributada	89.521	58.444
Base presumida IRPJ - 8%	3.578	3.273
Base Presumida IRPJ - 32%	11.663	5.609
Outras receitas	394	350
Base de cálculo	15.635	9.232
IRPJ (15%)	2.445	1.530
Adicional de IRPJ (10%)	1.132	617
Despesa com IRPJ	3.577	2.147

	2019	2018
Base presumida CSLL - 12%	6.369	5.072
Base presumida CSLL – 32%	11.663	5.609
Outras receitas	394	350
Base de cálculo CSLL (9%)	18.426 1.658	972
Total IRPJ/CSLL	5.235	3.119
IRPJ/CSLL Diferido	(950)	-
Total despesa IRPJ/CSLL	4.287	3.119

19 Gestão de riscos e instrumentos financeiros

a. Considerações gerais e políticas

A Companhia e suas controladas contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo derivativos, quando aplicável, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras.

São contratados aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, vendas de energia, bem como instrumentos financeiros derivativos. Em 2019 e 2018 a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos.

A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela Administração da Companhia.

(i) Aplicações financeiras

A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados sendo possível o acompanhamento das rentabilidades e as flutuações dos indexadores utilizados como base da remuneração.

(ii) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são registrados com base nos juros contratuais de cada operação, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 10.

(iii) Venda de energia

São contratados com a Eletrobrás e registrados com base no preço contratado da energia, que é reajustável anualmente com base no IGPM.

b. Gestão de risco financeiro

(i) Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, utilizando, quando necessário, instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela diretoria da Companhia, sendo obrigatoriamente aprovadas por todos os diretores. A diretoria, quando necessário, identifica, avalia e contrata instrumentos financeiros com o intuito de proteger a Companhia contra eventuais riscos financeiros, principalmente decorrentes de taxas de juros.

Risco de mercado

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações no preço da energia e mudanças nas taxas de juros.

(ii) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo. A Administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos, são corrigidos pelo CDI pós-fixado, conforme contratos firmados com as instituições financeiras.

(iii) Risco do preço da energia

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo. A Administração da Companhia tem como política

Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia, a diretoria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

c. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia e suas controladas ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

d. Risco ambiental

Para geração e fornecimento de energia, as Controladas apresentam estudos ambientais anualmente junto à NATURATINS (Instituto Natureza do Tocantins – autarquia de monitoramento e controle ambiental) e SUPRAMs (Superintendências Regionais de Meio Ambiente), onde são requeridos o cumprimento do PBAs. (que podem envolver acompanhamento de qualidade da água, sedimento e fauna). A Controlada Riacho Preto entrou com pedido de renovação da licença de operação em dezembro de 2014, isto é dentro do prazo estabelecido pela legislação em vigor, estando prorrogado a validade da referida licença até a manifestação formal do instituto NATURANTIS, conforme artigo 41 parágrafo único da Resolução COEMA 07/2005.

20 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros.

Não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores emitir opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto a adequação pela Administração da Companhia.

21 Eventos subsequentes

Pandemia Covid-19

Até o presente momento, não houve impactos relevantes do Covid-19 nas atividades operacionais da Companhia e suas controladas. A Administração está acompanhando atentamente o avanço do Covid-19 e o impacto econômico e social, adotando medidas, em linha com as recomendações do Ministério da Saúde, das autoridades locais e das entidades de classe, para proteger seus colaboradores. A Companhia adotou medidas recomendadas para mitigar a disseminação do vírus em instalações.